



O MÉTODO NA TEORIA SOCIAL DE MARX: E O SERVIÇO SOCIAL?

METHOD IN MARX'S SOCIAL THEORY: WHAT ABOUT SOCIAL SERVICE?

Raquel Santos Sant'ana¹
José Fernando Siqueira da Silva²

RESUMO

Esse artigo trata do método na teoria social de Marx e de sua base ontológica, materialista e dialética, destacando a pertinência dessa tradição teórica para os fundamentos do Serviço Social como profissão inserida na divisão social do trabalho. Tece, ainda, comentários sobre a importância desse debate para a formação profissional contemporânea e para a produção de conhecimentos no campo particular do Serviço Social.

Palavras-chave: Método. Ontologia. Fundamentos do Serviço Social.

ABSTRACT

This paper deals with method in Marx's social theory and its ontological, materialistic and dialectical basis, with emphasis to the relevance of this theoretical tradition to the fundamentals of Social Service as a profession inserted in social division of labour. In addition, the paper comments on the importance of this debate to contemporary professional formation

1 Assistente social e professora adjunta I livre-docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP-Franca. É coordenadora do “Núcleo Agrário Terra e Raiz” e pesquisadora do “Grupo de Estudos e Pesquisas Teoria Social de Marx e Serviço Social”. Vice-coordenadora da região sul II da ABEPSS (2013-2014). E-mail: raquelsfranca@yahoo.com.br

2 Assistente social e professor adjunto I livre-docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP-Franca. É pesquisador do “Grupo de Estudos e Pesquisas Teoria Social de Marx e Serviço Social”. É bolsista produtividade em Pesquisa do CNPq na área de Serviço Social. Endereço: E-mail: jfernandoss@terra.com.br

and to the production of knowledge in the particular field of Social Service.

Keywords: Method. Ontology. Fundaments of Social Service.

Submetido em 08/04/2013

Aceito em 04/06/2013

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi escrito a partir da experiência profissional de seus autores como assistentes sociais docentes vinculados à pesquisa e à formação profissional, militantes e participantes da proposta da ABEPSS-Itinerante, criada com o objetivo de adensar os espaços de interlocução sobre os desafios teórico-práticos do Serviço Social, particularmente aqueles vinculados aos seus fundamentos como profissão inserida na divisão social do trabalho. Viabilizada pela gestão da ABEPSS 2010-2011, com base nas discussões históricas amadurecidas pelo conjunto ABEPSS, CFESS-CRESS e ENESSO, a ABEPSS-Itinerante, foi direcionada a discentes e profissionais (vinculados ou não aos centros de formação) e também apoiou-se na contribuição de docentes-assistentes sociais para o desenvolvimento de temas centrais à formação profissional nos dias atuais. Contou, para isso, com o acúmulo crítico-coletivo do Serviço Social brasileiro, construído, principalmente (mas não unicamente), a partir da primeira metade dos anos 1990. Esse processo inspirou a revisão e o amadurecimento do Código de Ética do assistente social, a definição de diretrizes nacionais para a formação profissional (com todos seus percalços)³, a criação de um Projeto Ético-Político Profissional (como direção social estratégica – NETTO, 2011), bem como contaminou inúmeras lutas sociais dentro e fora dos espaços de atuação profissional.

O texto que se segue tratará do método na teoria social de Marx e de suas expressões nos fundamentos do Serviço Social, discussão que já possui certo acúmulo no Brasil, embora ainda sofra com a reedição de simplificações e tentações centradas na sua aplicação direta e utilitarista no Serviço Social (afeita a explicações comprometidas com esquemas simplificados e grosseiros

³ É preciso lembrar que as diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC não correspondem as que foram originalmente encaminhadas pelos órgãos da categoria profissional. Apenas para exemplificar, a proposta oficial descarta a necessidade dos cursos manterem carga horária mínima.

– NETTO, 1991). Indicar a pertinência teórico-prática e ético-política desse debate para o Serviço Social contemporâneo (com suas consequências técnico-instrumentais), destacar sua importância capital para a formação profissional e para a produção de conhecimentos (entendida como reprodução mental de processos materiais concretamente fincados em dada realidade – portanto, histórico-ontológicos), é condição central para um debate qualificado que reafirme, nas condições sócio-históricas atuais, sem qualquer concessão idealista ou niilista-imobilista (IAMOMOTO, 1994; 2007), o compromisso atual da profissão com a direção social edificada nos anos 1990.

ELEMENTOS FUNDANTES DO MÉTODO NA TEORIA SOCIAL

A teoria social de Marx não pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos e receitas científicas que, corretamente aplicadas, conduzem a determinado saber acadêmico-teórico que ocupa seu espaço e oferece sua contribuição no amplo, “harmônico”, especializado e “plural” campo das ciências humanas e sociais aplicadas. Não se trata, portanto, de um receituário científico direcionado à prática e “aos da prática”, forjado na mente genial dos estudiosos por meio de um esforço teórico-intelectual, mentalmente produzido pelos que, munidos de um acúmulo de conhecimentos e de boas ideias, produzem estudos acadêmicos. Romper com a noção de aplicação de teorias e de métodos em uma dada realidade, bem como questionar a ruptura entre teoria e prática nas suas várias expressões teoricistas e praticistas, é caminho necessário para apanhar a riqueza da teoria social de Marx e, nela, o seu método (radicalmente ontológico, no dizeres de LUKÁCS, 1979b; 2010).

O método em Marx compõe um dos pilares de sua teoria social. Ele é impensável sem outros dois elementos fundantes: *a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução como possibilidade histórica*. Esse tripé, necessariamente explicável na sua unidade-diversa, ou seja, unidade dos diferentes que não os identifica (mas os particulariza na totalidade da vida social) é orientado pelo ponto de vista ontológico, isto é, por uma razão que mira a vida real de seres reais, sua produção e reprodução material e espiritual como seres sociais de “carne e osso”, concretamente

existentes para além das mentes pensantes (portanto, materialmente postos) que vivem em dada historicidade construída a partir de determinado legado sócio-histórico. Trocando em miúdos, o método em Marx não é afeito a qualquer abstração técnico-científica que privilegia a razão idealista que gira em torno de si mesma e cria, funda ou domina totalmente a realidade e seu movimento (ao contrário do idealismo objetivo-dialético de Hegel e do idealismo subjetivo de Kant, LUKÁCS, 1979a; 2010, p. 33-125), bem como não aceita concepções materialistas que se confortam com o imeditamente sensível e emasculam a ação prático-crítica dos homens como sujeitos históricos possíveis participantes da práxis social (aos moldes de Feuerbach – MARX; ENGELS, 2007). Marx destaca, logo na primeira tese sobre Feuerbach:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da *contemplação*; mas não como *atividade humana sensível, como prática*, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível como tal [...]. (MARX, 2007, p. 537, grifo do autor).

O vínculo estrutural do método em Marx com a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução (sempre como possibilidade materialmente posta a partir de condições históricas reais) possui o exato sentido de explicar a produção e a reprodução do ser, tendo o trabalho como categoria fundante de sua sociabilidade como práxis primeira, como categoria que permite aos homens diminuir paulatinamente as barreiras naturais, humanizar a natureza e ser modificado por essa relação. Essa modificação dá-se a partir da própria força desses homens, sem eliminar a base natural deles, tendo o trabalho (útil, concreto) como ponto central para a recriação do ser e de suas relações humano-naturais. Essa tendência pode ser constatada muito antes da era do capital, desde o momento, por exemplo, em que os homens passaram a dominar a técnica da produção do fogo (sem a necessidade dele ser diariamente mantido aceso)

ou dominaram técnicas agrícolas e superaram a vida nômade. O trabalho, como categoria fundante na relação orgânica entre homem e natureza, certamente enriquecida por momentos de acaso, foi absolutamente central para a sobrevivência e para a evolução da espécie humana e continua sendo fundamental para a diminuição das barreiras naturais nos dias atuais (sem eliminá-las por completo)⁴.

O “outro trabalho”⁵, o trabalho abstrato-alienado/estranhado, esse em permanente crise é responsável pela desumanização humana (MARX, 1983; 1984; 2004). A forma como a categoria trabalho objetivou-se e particularizou-se no capitalismo, subsumindo sua dimensão útil e concreta, carece de crítica permanente, radical, material, capaz de libertá-lo como força humanizadora dos seres sociais, liberdade essa fundamental para estimular o desenvolvimento de sua potência humano-genérica, realizar-se na sua diversidade e colocar sua particularidade a serviço do coletivo. É nesse sentido que a crítica radical da teoria valor-trabalho marxiana, sobretudo na explicação dos mecanismos da extração material da mais-valia, do trabalho como fonte original do valor nas diferentes fases do capitalismo, adquire concretude efetiva como possibilidade de ruptura revolucionária, a partir das contradições internas contidas na própria ordem burguesa. Isso se baseia no fato de que os mesmos mecanismos que repõem as condições para a acumulação ampliada do capital (hoje em sua fase madura como capitalismo monopolista e financeiro, orientado pelo padrão de acumulação toyotista), recolocam os próprios mecanismos para sua superação, reafirmando a desigualdade social estrutural e os dilemas insolúveis contidos nessa sociabilidade. Portanto, reafirmam as possibilidades materiais para sua superação contando com a organização do proletariado clássico e da massa de desapropriados que vivem, diversamente, hoje, da venda da força de trabalho. A revolução não é uma abstração, mas uma possibilidade histórica real, cujos

4 Diga-se de passagem, o desenvolvimento das forças produtivas, sob o mando do capital, atingiu níveis que têm colocado em risco a própria vida no planeta, inclusive a da espécie humana.

5 Apenas como força de expressão, pois se trata do mesmo trabalho objetivado sob as condições do capital.

germes constituem estruturalmente o mundo do capital (germes implícitos na apropriação privada da produção social e na lei geral da acumulação capitalista – MARX, 1984, p. 187). Sendo assim, a sociedade do capital, a luta de classes nela implícita, suas próprias contradições como ordem social, oferecem os elementos para sua superação material.

As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo nenhum, em idéias ou em princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo. São apenas expressões gerais de relações efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa diante de nossos olhos. [...] a moderna propriedade privada burguesa é a expressão última e mais acabada da produção e da apropriação baseada em antagonismos de classe, na exploração de umas pelas outras. Neste sentido, os comunistas podem condensar a sua teoria numa expressão única: supressão da propriedade privada. [...] (MARX; ENGELS, 1998, p. 21).

Posto isso, é necessário ressaltar que o método na teoria social de Marx não se vincula a qualquer tipo de abstração, ainda que jamais se renda às diferentes formas de materialismo que se limitam a constatar o imediatamente sensível. Não se trata, também, de estabelecer uma média entre essas dimensões opostas, mas de superá-las nas suas limitações concretas. O método em Marx não se compromete com a “coisa da lógica” e nem com a “aparência da coisa em si”, como ela se apresenta imediatamente aos olhos do ser. *A razão não funda o real, mas persegue seu movimento reproduzindo-o, mentalmente, como “lógica da coisa* (MARX, 2005, p. 39), como “concreto pensado” (MARX, 1989, p. 410). A realidade em si, por sua vez, não se revela naturalmente, sensivelmente, imediatamente, pois carece de desconstrução impensável sem a razão crítica que se debruça sobre ela, projetando previamente (teleologicamente) ações possíveis, reais, sobre o mundo material. Portanto, os homens possuem um *papel ativo (embora relativo)* na construção da realidade, já que ajudam a construir a sua própria história, ao mesmo tempo em que são igualmente tecidos por ela, limitados pelas condições materiais impostas por determinada historicidade. Não fazem história

como desejam, mas como podem fazê-la, tecendo-a em um processo altamente complexo e repleto de múltiplas contradições. É nesse processo material-intelectual que se formam as consciências (em si – para si), se tecem as lutas materiais por interesses de classes sociais reais, se estabelecem as ideologias (como generalizações parciais do real), se reconstróem mediações e alternativas objetivas que visam manter ou transformar a realidade (nas suas diversas formas).

Ora, essa perspectiva impõe outra forma de se relacionar com a realidade, funda uma nova relação entre pensamento e realidade, entre homem e mundo, recoloca em outro patamar o significado da ciência e da produção do conhecimento, da teoria e da história, uma vez que estabelece o ponto de vista ontológico (da vida real de seres reais) como referência à práxis social. Como destaca Lukács (2010, p. 68/71),

É preciso reconhecer que a teoria do conhecimento é filosoficamente incapaz de realmente compreender os problemas ontológicos na ciência. [...] Em contraste decisivo com isso, uma ontologia que realmente queira apreender o ser precisa ver nesses fatos mais rudimentares e elementares do ser um ponto de partida importante para as análises. [...] O modo de consideração ontológico, que, como vimos, tem de saber-se e sentir-se capaz de submeter a uma crítica fundada no ser mesmo as manifestações mais elaboradas do ser social, precisa mobilizar constantemente esse método crítico também em relação à vida cotidiana. [...] A crítica de Marx é uma crítica ontológica. Parte do fato de que o ser social, como adaptação ativa do homem ao seu ambiente, repousa primária e irrevogavelmente na práxis. Todas as características mais relevantes desse ser podem, portanto, ser compreendidas apenas a partir do exame ontológico das premissas, da essência, das consequências etc. da práxis em sua constituição verdadeira, ontológica. [...]

As observações tecidas por Lukács remetem a outra importante categoria contida na teoria social de Marx⁶: “a categoria da

6 Nunca é demais lembrar que, em Marx, as categorias não são construções mentais, mas reconstruções de elementos contidos na realidade, por isso

totalidade”. Contida na dinâmica da vida social, essa categoria é componente da realidade, embora não se revele, imediatamente, como tal. A realidade é rica em determinações, saturada de múltiplas mediações que explicam a dinâmica de complexos sociais materialmente existentes (trabalho, classe social, consciência, ideologia, pauperismo, entre outros). Ela, todavia, se expressa apenas imediatamente na esfera da vida cotidiana, como um complexo aparentemente simples, que elimina – na sua forma sensível-imediata – o processo que a explica e a constituiu. Chamamos isso de *singularidade* da vida social, insuprimível como tal, típica das relações inicialmente postas e *a forma de aparição inicial de relações complexas*. Isso pode ser sinteticamente explicado por meio de um exemplo relativamente simples: imediatamente, a mercadoria sapato, ao ser exposta em uma vitrine, elimina todo processo necessário à sua produção; todavia, esse processo produtivo está contido, naquele par de sapatos, como trabalho socialmente acumulado que, devidamente analisado (para além de sua face imediata), explica não somente a mercadoria sapato, mas todo processo que o constituiu por meio da produção de valor objetivada pelo trabalho humano. Ora, trata-se de *relações socialmente constituídas!* O segredo desse contexto, seu fetiche, está em aparentemente eliminar a sua gênese processual *descartando, assim, toda a chave explicativa necessária para apañhar a vida social como totalidade social*. Ao fazer isso, não apenas fetichiza a mercadoria, *mas as relações sociais como um todo*, tomando a parte de um processo como sendo ele por inteiro, a aparência como essência, o imediato como mediato⁷.

O “ponto de partida” a que se refere Lukács, na citação anteriormente descrita, reside exatamente nesse nível: *a singularidade é essencial para a reconstrução do real (insuprimível como tal e parte da totalidade social), mas insuficiente por se apresentar sempre imediatamente*. Essa desconstrução operada com o

determinado “concreto pensado”.

⁷ Essa mesma análise pode ser estendida, sob o ponto de vista da totalidade, para aquilo que frequentemente é denominado no Serviço Social como “expressões da questão social”. Iamamoto (1994 e 2007, por exemplo) destaca isso em seus estudos sobre o Serviço Social. Netto (1989, 1991, 1992, 1996 e 2009), igualmente, faz referência ao tema.

auxílio da razão dialética e orientada ontologicamente indica que não se trata apenas de relações imediatamente postas, *mas de relações universais, socialmente explicadas*, que remetem ao funcionamento de dada ordem social, seu metabolismo, sua sociabilidade, ou seja, a forma como os homens se organizam para produzir e reproduzir a vida social. Essa *universalidade*, para que não se perca em generalizações e abstrações, somente pode ser apanhada nas suas *particularidades*, isto é, os complexos sociais universais não se objetivam igualmente em todas as realidades, ainda que componham uma universalidade, façam parte de uma lógica que não se encerra e não se explica pontualmente, localmente, individualmente. O reino da particularidade é o reino das *mediações, das conexões explicativas realmente existentes e mentalmente reconstruídas pela razão ontológica*. É nessa trama dinâmica e apenas didaticamente destacada entre o singular, o universal e o particular, na qual se inscreve a categoria da totalidade, que constitui a realidade social e que é componente do método na teoria social de Marx. Sendo assim, a ortodoxia marxiana reside, unicamente, no seguinte aspecto destacado por Lukács (1981, p. 60, grifos do autor):

O marxismo ortodoxo não significa, pois, adesão acrítica aos resultados da pesquisa de Marx, nem “fé” numa ou noutra tese marxiana ou a exegese de um texto “sagrado”. A ortodoxia, em matéria de marxismo, refere-se, ao contrário e exclusivamente, ao método [...].

As consequências disso são profundas e certeiras: a teoria não é construção, *mas reconstrução, perseguição do movimento do real, expressão teórica desse movimento (sempre relativa)*, comprometida em desvelar o imediatamente posto, revelar suas particularidades na totalidade da vida social e comprometer-se com a orientação de ações práticas (como orientação geral e não como aplicação). Tudo isso é tecido na e a partir da história real de seres sociais reais, empenhados em alterar (dentro de suas possibilidades) o curso da história, portanto longe de qualquer perspectiva que reduza a teoria à aplicação imediata, utilitarista, bem como nada afeita à noção de ciência linearmente histórica, que se intitula “neutra”, “a-histórica” e descritiva do real. A

possibilidade de estabelecer um debate com essa tradição teórica oferece ao Serviço Social uma riqueza imensurável, necessária para sua sobrevivência crítica como profissão, dentro de suas contradições, evitando superestima-lo ou subestima-lo como prática profissional. Ousemos nessa direção.

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E A PERSPECTIVA DA TOTALIDADE

Discutir os fundamentos do Serviço Social sob inspiração da tradição teórica aqui destacada não é uma tarefa simples. Repleta de armadilhas que passam pelo perigo de uma redução da teoria social de Marx ao espaço restrito das profissões, a possibilidade dessa interlocução deve reconhecer – de início – os desafios e os cuidados para estabelecer um diálogo crítico entre uma tradição ontológico-dialética e revolucionária (até aqui sumariamente destacada) e uma profissão cuja gênese esteve objetivamente atrelada ao pensamento conservador, à gestão da pobreza e das contradições sociais estruturais contidas na ordem burguesa (NETTO, 1991; 1992). Embora essa seja uma questão nevrálgica, ela não inviabiliza esse debate como também não deixa de considerar a importância dele para o acúmulo de forças comprometidas com níveis crescentes de emancipação social, como acúmulo geral realizado com a contribuição do Serviço Social, mesmo considerando que tal profissão opera no marco restrito do capitalismo monopolista na sua fase toyotista-financeirizada e hipertardia (dentro das condições daqueles países que fizeram a suas revoluções burguesas pela via colonial).

O debate com a tradição marxiana passa pelo reconhecimento de que, como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social compõe essa realidade complexa e atua em condições sócio-ocupacionais que colocam limites objetivos ao exercício profissional. Porém, como afirma Iamamoto (1994; 2007), essas condições objetivas não se constituem como absolutas, predeterminadas e fundadoras de um ser apático diante do mundo, padronizadoras de um determinado trabalho profissional e de uma direção social reduzida à reprodução da ordem. O aporte teórico-metodológico e ético-político é elemento que constitui o fazer profissional e institui possibilidades de um exercício crítico

e questionador, um campo de lutas e de construção de alternativas, ainda que nunca abstratas, mas possíveis, ontologicamente dadas e carentes de potência humana que as ponha em movimento sem recaídas idealistas.

A apreensão e a adesão coerente da perspectiva marxiana e de seus princípios fundamentais não se reduz, jamais, a um aprendizado teórico efetuado no espaço das salas de aula das universidades. Não se efetiva por meio de uma adoção “científica” (puramente acadêmica) a um método para o estudo da realidade, mas exige revisão de concepções (arraigadas no modo capitalista de ser e de pensar – MARTINS, 1986), subversão na maneira de ver e de viver em sociedade (ainda que se viva efetivamente na ordem do capital), alteração radical na visão sobre o homem, o mundo e suas relações tecidas cotidianamente. Significa, em outras palavras, aderir ao ponto de vista dos que vivem da venda da força de trabalho, da crítica à propriedade privada que se apropria do trabalho alheio, mercantiliza as relações, subsume o valor de uso em favor do valor de troca (MARX, 2004; 2005c; MARX; ENGELS, 1998). É por isso que a revolução é possível e necessária ao gênero humano e à sua sobrevivência. Na singularidade do exercício profissional, isso não significa que o assistente social possa, por um “passe de mágica”, por um puro desejo pessoal suicida, ultrapassar messianicamente os limites institucionais e profissionais e viabilizar a própria emancipação social e das pessoas com as quais trabalha, por meio da intervenção profissional e dos programas sociais em curso. O reconhecimento do ponto de vista da revolução significa, fundamentalmente, e esse é o exato sentido disso, *que na análise da realidade concreta temos que reconhecer as contradições insolúveis sobre as quais se assenta esse modo de ser e de pensar da sociedade regida pelo capital e sua impossibilidade de “consertos”, de “remendos”*. O capital e suas consequências sociais estruturais não serão humanizados e controlados por ações mediadas, revigoradas e viabilizadas por uma profissão, nem mesmo por ações mais abrangentes que teimam em acreditar nas reformas sociais sistêmicas como o caminho para os ajustes necessários (embora determinadas reformas sociais tenham seu valor como acúmulo de forças sociais, de resistência). Ainda que institucionalmente não possamos promover ações que

tragam a alteração dos elementos que estruturam a ordem burguesa, a identificação de suas contradições, de seus antagonismos e o exercício da luta de classes também expresso no âmbito particular da profissão, são essenciais para que o Serviço Social e os assistentes sociais possam dar uma contribuição no âmbito das disputas materiais-ideológicas instauradas no atual contexto, posicionem-se nesse “esterco de contradições” e fortaleçam os interesses dos que vivem da venda da força de trabalho.

Nesse sentido, um dos elementos importantes é reconhecer as *assimetrias entre o projeto profissional e os projetos institucionais*. Do ponto de vista teórico-metodológico, ainda que as políticas tenham um recorte sistêmico e identifiquem o fenômeno do pauperismo como decorrente de “vulnerabilidades” (e esse é um dado real com que se deparam os assistentes sociais no âmbito das ações sociais hegemônicas), isso não significa, em hipótese alguma, que os profissionais devam se adequar à perspectiva analítica institucional, seus argumentos, suas ideologias, sua fundamentação teórico-ideológica, como se “na prática a teoria fosse outra”, ou seja, a adoção de uma perspectiva de totalidade seria inoportuna, inadequada, prolixa demais, lenta, pouco aplicativa e resolutive dos problemas humanos. Ao contrário, somente a aderência a uma direção social claramente transformadora, como apoio e não como paradigma a ser “aplicado” à realidade, permitirá identificar as causas geradoras das ditas “vulnerabilidades” como decorrentes da sobreposição dos interesses do capital sobre o trabalho, imediatamente manifestadas como “problemas individuais” e ou “sistêmicos”. Como contribuir com o fortalecimento dos sujeitos desapropriados-desumanizados (inclusive os próprios assistentes sociais como trabalhadores particulares) sem conhecer o processo que constituiu a gênese dessa desapropriação? Aliás, diga-se de passagem, para a razão instrumental e para suas derivações mais ou menos sistêmico-complexas (SILVA, 2013a), altamente úteis ao capital, não se trata de revelar essa gênese, mas de gerenciar suas consequências criativamente.

Logicamente que as lutas sociais não se reduzem às lutas profissionais. Elas se vinculam a processos complexos que envolvem sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, articulação de forças sociais críticas ao capital e outras instâncias afinadas

com as reivindicações daqueles que vivem do trabalho (a começar pelo proletariado urbano clássico), que se situam, com todas as suas contradições, no amplo e heterogêneo campo social comprometido com o ponto de vista do trabalho. Todavia, o Serviço Social como profissão e os assistentes sociais como profissionais não poderão participar propositivamente desse cenário sem um compromisso pessoal e coletivo, assumido em favor da emancipação humana (MARX, 2009) e orientado pelo ponto de vista da totalidade até aqui apresentado e defendido. Sendo assim, as alternativas a serem tecidas não se resumem a um conjunto de procedimentos determinados *a priori*, mas são geradas no movimento do real, objetivadas com estratégias e aliados políticos frente a uma dada correlação de forças, participando de fóruns da área em que cada profissional atua, saturando as discussões, repensando o sentido do trabalho socioeducativo desenvolvido. Implica em pôr em movimento ações inspiradas na direção social e no marco teórico aqui indicado, sem desconsiderar o “cotidiano miúdo”, *ainda que ele seja miúdo mesmo e, por sua natureza, seja incapaz de solucionar questões amplas e complexas. Mas como capturar, em favor do coletivo, o que o “miúdo” tem como potência contestatória? Certamente, essa é uma questão a ser considerada pelos que se situam no terreno da revolução necessária e possível, não abstrata, como crítica radical à sociedade do capital, como acúmulo de forças comprometidas com níveis crescentes de emancipação social, na direção da emancipação humana, não como simples soma de “direitos políticos miúdos” ou como rasteiro aprimoramento da emancipação política burguesa.*

As resultantes desse processo no trabalho socioeducativo são claras: ao invés de reforçar posicionamentos meritocráticos, individualistas ou culpabilizadores, irá estimular a organização coletiva, a participação política, a leitura crítica do pensamento e das ações dominantes reforçadoras da sociabilidade do capital. E isso é essencial, faz diferença na vida das pessoas, pois elas poderão usufruir dos pífios e fragmentados serviços oferecidos pelas políticas sociais, não como quem “não é” (“não apto ao trabalho”, “não apto a cuidar de seu próprio filho”, “incapaz”, “responsável único e primeiro por suas mazelas”, objeto das ações em curso, como “coisa desumanizada”), mas como aquele que tem direitos

(reais) violados, como trabalhador que está sendo impedido de acessar a riqueza socialmente construída, *como despossuído, mas capaz de seu ativo, participante relativo na construção de sua própria vida*. Daí o fato da opção ético-política do assistente social estar diretamente vinculada à capacidade dele decifrar os complexos mecanismos ideológicos que são colocados como suportes de uma sociedade que estimula o individualismo, a utilização predatória e inconsequente dos recursos naturais, que faz das políticas públicas instrumentos de manutenção da atual configuração de classes⁸. É nessa análise que se situa a perspectiva de totalidade proposta pelo aporte marxiano, que discute a revolução como superação da atual ordem, pois esta não será suprimida apenas pelas mudanças conjunturais ou por meio de melhorias que permitam maior acesso à renda pela via das políticas sociais. Somente a reversão do trabalho alienado-estranhado, abstrato (como fonte para a produção e reprodução do ser), a superação da produção de valores de troca (em detrimento aos valores de uso), portanto, a subversão da ordem do capital em que o ser que se humaniza recupera sua potência criativa e a posse coletiva da riqueza socialmente construída. Desse modo, será possível tecer outra forma de viver em sociedade em que a exploração e a opressão (nos seus diferentes níveis) serão permanentemente enfrentadas de forma produtiva e verdadeiramente socioeducativa.

Quando se apreende esse fato, o Serviço Social parece “perder a esperança” para aqueles assistentes sociais repletos de boas intenções. Todavia, é preciso ter claro que a maturidade teórico-política é fundamental para evitar expectativas messiânicas que cultivem a ideia de que a profissão será capaz de reverter situações que não são de sua responsabilidade, identificando o que de fato ela pode fazer, o que não vem sendo feito, qual é a trama que explica o significado social do Serviço Social, sua

8 “Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado; Tendencialmente o que verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração, não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas” (NETTO, 1992, p. 22).

inserção na divisão do trabalho, as demandas que a ele são atribuídas, o que pensamos sobre elas, o que desejamos individualmente e coletivamente para essa profissão, isto é, *qual a direção social a ser adotada e as consequências disso*. O profissional consciente, sem falsas ilusões, poderá agir como sujeito político-crítico imprimindo ao trabalho profissional um perfil promissor, de fato criativo, por isso crítico-crítico.

O atual contexto e sua lógica perversa têm trazido muitos desalentos aos profissionais e estabelecido impasses verdadeiramente cruéis e socialmente reais, nada desprezíveis. Aliás, à medida que o capital descarta grande parte da força de trabalho disponível, pela via direta ou indireta (diminuindo trabalho vivo e ampliando trabalho morto sem diminuir a demanda pelo trabalho alienado-abstrato), provoca o adoecimento da classe trabalhadora, a intensificação desmedida de suas ações, com o apoio do Estado (burguês). Com isso, situações absurdas são consideradas “normais”, necessárias e inevitáveis, inclusive para impedir o “corpo mole do usuário”, sua “malandragem” para evitar o trabalho⁹.

Vale destacar, como exemplo, o atual contexto da assistência social no Brasil. Ainda que o marco legal da Política de Assistência Social estabeleça a assistência como direito e destaque à ênfase sobre o preventivo, na realidade, essa política destina-se ao pauperismo, aos trabalhadores nos seus diferentes níveis (sobretudo os mais precários), estabelecendo claras condicionalidades para o uso do “benefício” que, em tese, deveria propiciar seu retorno ao “vasto” e “amplo” mercado de trabalho. Como parte da Seguridade Social brasileira, a assistência social adquire vida própria destacada de seus “parceiros” (a saúde e a previdência social), como política focal, em si mesma. Trata-se, na verdade, de política necessária, embora indigesta à burguesia e a seus ensinamentos neoliberais, pois atende uma faixa da população que não está “excluída” e não será “incluída”, *mas está, na verdade, permanentemente desapropriada como consequência direta da crise terminal do capital, em sua fase monopólico-financeira de inspiração*

⁹ A malandragem é absolutamente legítima quando utilizada como arma de defesa contra a desumanização permanente. É ingrediente de sobrevivência!

toyotista, capital este que não mais deseja comprar a força de trabalho desses trabalhadores (exceto em condições muito especiais, precárias e temporárias). Então, nós assistente sociais, na divisão do trabalho social, temos que lidar com isso, com esse fardo que pesa sobre a profissão e os profissionais. O que significa isso para o assistente social? A ênfase da atuação profissional em programas focalizados de renda, ditos “socioeducativos” e “emancipadores da pessoa humana”, enquanto que o trabalho preventivo, com maiores possibilidades de criação, não possui a prioridade dos recursos investidos e não consome a maior parte do tempo dos assistentes sociais¹⁰. Concretamente, isso quer dizer excesso de demanda para o profissional de Serviço Social, com ênfase em atividades destinadas a manter as pessoas vivas, marcadas por ações repetitivas, institucionais e imediatas (marcadas pelo status da gerência social). Significa conviver permanentemente com a impossibilidade de contribuir – de fato – com a reversão de quadros de extrema gravidade de violação de direitos, também marcados pelo sofrimento mental, pelo abandono cotidiano, pela autopunição e autocontrole dos “usuários” do serviço e dos próprios profissionais¹¹.

É evidente que a adoção de outra perspectiva analítica que se oponha àquela utilizada pelo capital não elimina as dificuldades do trabalho profissional (objetivamente estabelecidas, materialmente dadas), mas certamente oferece as melhores condições para que seja possível vislumbrar outras propostas, inclusive, coletivamente. Para isso, a organização da categoria dos assistentes sociais tem se mostrado um espaço importante

10 Não se pretende, com essa afirmação, atribuir à assistência social a culpa pelos males atualmente vividos pela profissão. Como política necessária, tecida sob dadas condições societárias impostas pelo atual estágio de acumulação capitalista, a assistência social é marcada por contradições (portanto, também por conquistas), mas que nem por isso deve ser blindada de críticas construtivas.

11 Não cabe, aqui, um aprofundamento sobre o espaço sócio-ocupacional mantido pela assistência social e suas inúmeras contradições (tema que extrapolaria o objetivo proposto nesse artigo). Sobre a relação entre o Serviço Social, a atuação profissional dos assistentes sociais e a assistência social, tendo por base os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-instrumentais da profissão, consultar Silva (2013b). Diversas abordagens podem ser acessadas por meio dos estudos de Mota (2008), Sposati (2011a e b), Yazbek (1993), Behring (1998; 2003), Behring e Boschetti (2006) e Boschetti (2003), por exemplo.

de interlocução política, principalmente por meio do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO. É preciso, ao mesmo tempo, ter clareza teórico-metodológica e capacidade para desvelar o processo de naturalização e eternização das relações sociais burguesas, suas particularidades e expressões no âmbito da atuação profissional, apreendendo o trabalho (útil-concreto) como categoria fundante do ser, embora ele esteja aviltado sob o mando do capital (na sua forma alienado-estranhada, abstrata). Essa apreensão do mundo humano como parte de um complexo ontológico, movente, dinâmico, permite algo essencial: *retira ilusões e reafirma como critério da verdade a própria realidade que tem na sua aparência uma forma imediata de constituir-se, que não necessariamente evidencia suas “n” determinantes, composta por múltiplas mediações, mas que só podem ser entendidas a partir de suas diversas dimensões unificadas em uma totalidade concreta*. Tem, por isso, uma premissa real: só é possível ir além da aparência quem acredita que existe algo não imediatamente revelado nela; o mesmo vale para a busca da perspectiva de totalidade: só irá buscar no real suas “n” determinantes quem estiver absolutamente convencido de que somente pelo nível fenomênico (aparente-imediato) não será possível explicar os complexos sociais com os quais lidamos como assistentes sociais, mais do que isso, como seres sociais ativos (sempre relativamente).

Por fim, o processo aqui tratado explica: a defesa da qualidade na formação profissional (que passa pela crítica ao ensino a distância na graduação, pela avaliação permanente das propostas presenciais em curso e por inúmeros detalhes e múltiplas mediações no âmbito da particularidade do Serviço Social), *deve insistir num perfil profissional generalista e intelectual, que valoriza o pensar e o fazer (como instâncias inseparáveis, mas não idênticas), que cuida do acúmulo teórico (não academicista) como referência imprescindível à ação transformadora, que mira a realidade e se utiliza do ponto de vista ontológico para produzir conhecimentos genuinamente humanos, que considera a história em processo e a atuação humana ativa-relativa inserida em dada historicidade, como adaptação não passiva aos acontecimentos históricos reais*.

COMENTÁRIOS FINAIS

O que se argumentou, até aqui, inspirado em Marx e em sua tradição (no e para além do Serviço Social), é que o ponto de vista ontológico (no sentido lukácsiano) estimula um necessário pessimismo da razão, mas um realístico desejo otimista da vontade como possibilidade aberta (como defendia Gramsci), como jogo que está sendo jogado a partir de condições reais (sem qualquer concessão messiânica-idealista e ou fatalista – IAMAMOTO, 1994). Não se trata, aqui, de defender um único tipo de interlocução; ao contrário, o debate entre diferentes marcos teóricos deve ser amplo, franco, aberto, radicalmente crítico, não eclético, filiado a pontos de vista (e o são, assumindo ou não). Portanto, não neutro, pseudodefensor de sínteses aparentemente mais amplas e modernas, não vinculado à estreiteza dos paradigmas e não afeito às teorias que se tecem como “colchas de retalhos”. Esse debate, na verdade, está contaminado por posições de classe, por posições sociais concretas sobre os homens e suas ações no mundo. Ora, como defender uma proposição crítica nessa realidade sem a intenção e sem uma base teórica que permita uma leitura mediata do real? A paralisia profissional não se deve à adoção de um referencial que oferece a base intelectual e material para tal análise (como se a teoria social de Marx fosse excessivamente pesada e dura para os assistentes sociais – e não são poucos os que afirmam isso dentro e fora do Serviço Social). *Essa paralisia niilista se deve, na verdade, à dureza real que marca a inserção sócio-ocupacional dos assistentes sociais na ordem do capital em sua fase madura e terminal. O que permite o estudo de Marx e de sua tradição? A possibilidade de desvelar esse contexto e inserir-se criticamente, ativamente, nele.* Haveria outro caminho mais leve, respeitoso, coerente e eficiente para a profissão e para os profissionais? Leve talvez, dependendo do ponto de vista adotado, mas certamente muito menos respeitoso, coerente e eficiente para a realização do trabalho profissional crítico, da práxis profissional comprometida com o Projeto Ético-Político Profissional, como direção social estratégica. Ou será que a elegante posição de “gerente do social” nos conforta?

Ações inspiradas em Marx e em sua tradição, dentro e fora do Serviço Social, não permitem esquemas e modelos, mas

contradição, movimento, complexidade, além de estudo permanente, esforço e de muita dedicação. Há de se destacar, no entanto, que as maiores dificuldades em optar por esse caminho se vinculam ao fato de que ele, por natureza, é “contra a corrente” (COUTINHO, 2008), estabelece uma crítica permanente às relações instituídas e a este modo de vida hegemônico. Isso, de certa forma, exige um repensar do ser social no mundo, para além de uma simples qualificação profissional, como postura de combate permanente frente às diversas formas de exploração e opressão concretamente vigentes. É, portanto, a opção por resistir e lutar numa conjuntura em que é mais fácil ceder, “cuidar dos próprios problemas”, “da carreira e da felicidade pessoal” e “deixar a vida nos levar”, como meros observadores de uma evolução natural tão verdadeira quanto o movimento das ondas do mar! O outro caminho, o da teimosia resistente (não suicida, mas firme e clara)¹², somente se sustentará a partir do trabalho individual e coletivo dos sujeitos que compõem essa categoria profissional. O desafio está posto e já faz algum tempo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAZ, M.; RODRIGUES, M. O ensino de Serviço Social na era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos de enormes desafios. In: SILVA, J. F. S, et al. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. No prelo.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

¹² A Gestão da ABEPSS 2013-2015 tem como lema de campanha e trabalho: “Lutar e resistir quando é fácil ceder”!

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2.).

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social: um direito entre originalidade e conservadorismo.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez; Celats, 1994.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1985.

LENINE, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

_____. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

_____. Lukács. In: NETTO, J. P. (Org.). **Lukács:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINS. José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, l. 1, t. 1.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, l. 1, t. 2.

_____. **O método da economia política.** In: FERNANDES, F. (Org.). K. Marx, F. Engels: História. Tradução de Florestan Fernandes et al. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 36).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005a.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005b.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel:** introdução. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005c.

_____. **Para a questão judaica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ELNGELS, F. **O manifesto do partido comunista.** Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A ideologia alemã.** Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTA, Ana Elisabete. **O mito da assistência social:** ensaios sobre estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2011.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. Introdução ao método na teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: Cfess/Abepss, p. 667-700, 2009.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial:** questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SILVA, J. F. S. da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? **Revista katálysis**, v. 16, n.1, 2013a.

_____. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez Editora, 2013b.

SPOSATI, A. Política Social en el Siglo XXI: debates y tendencias en la región. **Revista Escenarios**, v. 16, p. 9-15, 2011a.

_____. Tendências Lationoamericanas da Política Social Pública no século 21. **Revista Katálysis (Impresso)**, v. 14, p. 104-115, 2011b.

YAZBEK, Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.